



**ESTADO DO CEARÁ  
SECRETARIA DA FAZENDA  
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS**

RESOLUÇÃO Nº 605/ 2005

2ª CÂMARA

SESSÃO DE :09/ 09 / 2005

PROCESSO DE RECURSO Nº 1/1146/05

AUTO DE INFRAÇÃO: 2/200500285

RECORRENTE: SEBASTIÃO MARINHO DA SILVA FILHO

RECORRIDO : CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA

RELATORA : REGINEUSA DE AGUIAR MIRANDA

**EMENTA:** TRANSITO. MERCADORIAS ACOBERTADAS POR DOCUMENTO FISCAL INIDÔNEO, tendo em vista conter declarações incompatíveis com a operação realizada. Afastadas por unanimidade de votos as preliminares de perícia e nulidade por erro na eleição do sujeito passivo, argüidas pela parte. Julgado PARCIALMENTE PROCEDENTE. Caracterizada infração ao art. 131 inciso III do Dec. 24.569/97, com penalidade no art. 123, inc. III "a" da Lei 12.670/96, alterada pela Lei 13.418/03. Recurso voluntário conhecido e desprovido em parte por unanimidade de votos e em desacordo com a douta Procuradoria Geral do Estado.

**RELATÓRIO**

A infração denunciada na inicial diz respeito ao transporte de mercadoria com a Nota Fiscal nº 20793, considerada inidônea pela fiscalização por apresentar divergência do produto nela indicado em comparação com o seu certificado de qualidade.

Foi indicada a base de cálculo de R\$ 21.000,00 (vinte e um reais), e como dispositivo infringido o artigo 131, do Dec. 24.569/97, com a sugestão da penalidade inserida no art. 123, III, "a", da Lei 12.670/96, alterada pela Lei 13.418/03.

Acompanham a inicial a sua expressa ratificação, na qual esclarece o Agente Fiscal que o documento em questão descreve o produto como sendo álcool etílico hidratado para outros fins, mas o respectivo certificado de qualidade apresenta as especificações relativas ao álcool etílico carburante. Anexa, além da cópia da nota fiscal objeto da autuação, também cópia da Nota Fiscal nº 174887e 173070, onde mostra que o grau alcoólico do álcool etílico hidratado para outros fins é de no mínimo 96,38%. Aduz ainda a questão da diferença entre as alíquotas aplicáveis internamente aos produtos, enquanto o álcool destinado a outros fins tem alíquota de 17%, o destinado a combustível tem a alíquota de 27%. Segue-se em anexo o Certificado de Guarda de Mercadoria – CGM nº 26/2005, cópia da GNR com o respectivo comprovante de pagamento e cópia da Portaria nº 2/2002, emitida pela Agência Nacional do Petróleo.

Na defesa apresentada, a autuada pleiteia a nulidade do processo por ilegitimidade do sujeito passivo, tendo em vista que não é partícipe do fato gerador em questão, ou seja o transporte das mercadorias. Não se verificou o nexo causal para que possa imputar a destinatária, como é o seu caso, o cometimento da infração. Quanto ao mérito da questão, argumenta que não há diferença técnica entre o álcool hidratado para insumos, do álcool hidratado para outros fins, a não ser a utilização que é dada a cada um. O simples fato de ter uma certa gradação alcoólica não significa que possa ser dada uma destinação industrial. Contudo, arremata a defendente, que adquiriu o álcool hidratado para ser utilizado como insumo e não como carburante. Argumenta ainda que deveria ter tido a oportunidade de regularizar a situação nos termos da I.N. 169/94.

A 1ª Instância de julgamento decidiu pela procedência da autuação, por entender que a infração restou caracterizada.

Comparecendo ao processo em grau de recurso, a empresa autuada apresenta idênticos argumentos a que apresentara na impugnação, alegando basicamente a nulidade juntamente com a extinção do processo por ilegitimidade passiva da parte, pois não é partícipe do fato gerador, ou seja, o transporte das mercadorias. como também pede a realização de perícia.

Manifesta-se a Procuradoria Geral do Estado pela confirmação da decisão condenatória de 1ª instância.

## VOTO DA RELATORA

A ocorrência objeto do auto de infração sob análise reporta-se ao transporte de mercadoria acobertada por nota fiscal considerada inidônea pela fiscalização tendo em vista que no confronto com o respectivo certificado de qualidade, apresentou divergência quanto ao produto transportado.

Analisando inicialmente o recurso voluntário, verifica-se a sua impertinência conforme comentários adiante.

Deve ser rejeitada a preliminar de nulidade, argüida pela parte, no que diz respeito à ilegitimidade da infração suscitada, pois o art.21, II, "c" e III, do Dec. 24.569/97 descreve que são responsáveis pelo pagamento do ICMS, o transportador em relação a mercadoria, se configurando quando qualquer possuidor ou detentor de mercadoria ( transportador autônomo) efetuar o serviço com a documentação inidônea.

Quando um transportador aceitar para transporte uma mercadoria deverá exigir do remetente, documento fiscal idôneo, sob pena de ser responsabilizado pelo pagamento do imposto.

No que diz respeito à solicitação de perícia entendo que não merece acolhido, pois a documentação acostada aos autos não deixa dúvida da infração.

Quanto ao mérito da questão, a infração está bastante comprovada mediante as provas acostadas aos autos de que se trata de álcool carburante, com grau alcoólico de 92,9%. Desse estudo, a diligente Auditora elaborou a tabela a seguir transcrita, de acordo com a Portaria nº 2/2002, da Agência Nacional de Petróleo:

- álcool anidro apresenta grau alcoólico de 99,00%;
- álcool etílico hidratado para outros fins apresenta grau alcoólico de 96,0% no mínimo;
- álcool etílico hidratado carburante apresenta grau alcoólico entre 92,6 a 93,8%.

Diante do exposto, voto pelo conhecimento e desprovemento em parte do recurso voluntário, para que seja modificada em parte a decisão condenatória proferida pela 1ª Instância e julgo Parcialmente Procedente o feito em desacordo com a douda Procuradoria Geral do Estado.

DEMONSTRATIVO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO:

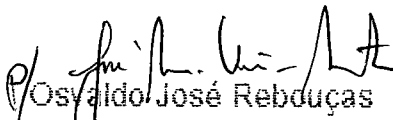
BASE DE CÁLCULO .....R\$ 21.000,00  
IMPOSTO.....R\$ 4.200,00 (5.200,00 – 1.050,00)  
MULTA ..... R\$ 6.300,00  
TOTAL.....R\$ 10.500,00

DECISÃO:

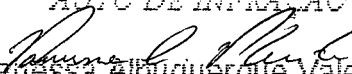
Vistos, Relatados e Discutidos os presentes autos, em que é recorrente SEBASTIÃO MARINHO DA SILVA FILHO e recorrido CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA,


Resolvem os membros da 2ª Câmara do Conselho de Recursos Tributários, por unanimidade de votos, afastar as preliminares de perícia e nulidade por erro na eleição do sujeito passivo argüidas pela parte. No mérito, também por unanimidade de votos, resolvem conhecer do recurso voluntário, dar-lhe parcial provimento, para modificar a decisão condenatória proferida pela 1ª Instância e julgar Parcialmente Procedente o feito fiscal, deduzindo-se do valor do ICMS os valores constantes da GNRE, nos termos do voto da Conselheira Relatora e em desacordo com o parecer da douda Procuradoria Geral do Estado.

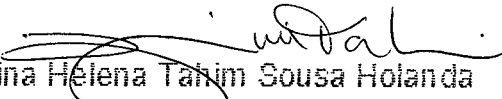
SALA DAS SESSÕES DA 2ª CÂMARA DE JULGAMENTO DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS, em Fortaleza, aos 21 de setembro de 2.005.

  
Osvaldo José Rebduças  
PRESIDENTE

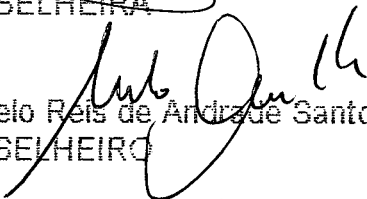
  
Dulcimeire Pereira Gomes  
CONSELHEIRA RELATORA


  
Vanessa Albuquerque Valente  
CONSELHEIRA

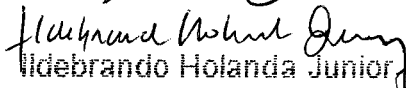
  
Regineusa de Aguiar Miranda  
CONSELHEIRA

  
Regina Helena Tahim Sousa Holanda  
CONSELHEIRA

José Maria Vieira Mota  
CONSELHEIRO

  
Marcelo Reis de Andrade Santos Filho  
CONSELHEIRO

  
Eliane Respland Figueiredo de Sá  
CONSELHEIRA

  
Uidebrando Holanda Junior  
CONSELHEIRO

Ubiratan Ferreira de Andrade  
PROCURADOR DO ESTADO